



Michel Pierre Robert Musy Levinsphul

**Advogado. OAB. Rio de Janeiro. 106922.
Especialista em Criminologia
Negociação e Gestão de Conflito e Direito de Família.
Jornalista. Psicanálise. Inteligência policial**

Analista em Ambiente socio-econômico e segurança

O Invisível Fardo da Farda: A Crise Mental na Segurança Pública

16.02.2026

consultingstrategic.analysis@yahoo.com

**Estamos na capital do Rio de Janeiro
WhatsApp: (55)(21) 976 27 38-38**

O Invisível Fardo da Farda: A Crise Mental na Segurança Pública

Áudio deixado por subtenente reacende debate sobre assédio moral, escalas exaustivas e a negligência institucional com a saúde mental de militares e policiais.



Escrito por [Rodney Idankas](#)

Publicado em 16/02/2026 às 20:28

Primeiro caso

O recente suicídio de um subtenente do Exército, repercutido pelo canal Segurança e Defesa TV, expõe uma ferida aberta nas instituições brasileiras. O militar deixou um áudio detalhando humilhações e assédio moral por superiores. Infelizmente, este episódio não é isolado.

Ele revela um sistema que prioriza a disciplina rígida em detrimento da saúde mental dos seus integrantes. Atualmente, a estrutura militar muitas vezes utiliza a hierarquia como ferramenta de silenciamento.

Fatores que Alimentam o Adoecimento Mental

A depressão e a ansiedade entre policiais e militares surgem de quatro fatores principais: baixos salários, escalas exaustivas, assédio e hostilidade social. Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o suicídio entre policiais frequentemente supera as mortes em confronto.

A precariedade financeira força o agente a buscar “bicos” em suas folgas. Consequentemente, o profissional perde o tempo necessário para o descanso físico e mental. Esse ciclo de fadiga deteriora o discernimento técnico exigido pela função.

Além disso, o assédio moral é um dos componentes mais perversos deste cenário. Ele se manifesta através de perseguições em promoções e punições disciplinares arbitrárias. No Direito Militar, a obediência é um pilar, mas o abuso de autoridade costuma se mascarar de rigor doutrinário.

O [Dr. Cláudio Lino](#), advogado militante na área militar, afirma que a falta de ouvidorias independentes deixa os subordinados sem canais seguros de denúncia. Por isso, muitos preferem o isolamento ao risco de serem rotulados como incapazes.

A Pressão Externa e a Falta de Suporte

Somado ao conflito interno, o policial enfrenta uma sociedade que frequentemente o hostiliza. Essa pressão externa gera um profundo sentimento de desamparo e solidão. O profissional se sente um inimigo tanto para o crime quanto para a população que protege.

Além disso, o suporte especializado nas corporações é escasso e visto com desconfiança. A carência de psiquiatras e neurologistas nas juntas médicas militares retarda diagnósticos que poderiam salvar vidas.

Sob a ótica do Direito, a saúde mental do servidor deve ser uma política de Estado. Portanto, é imperativo que as academias de formação reformulem seus currículos urgentemente. Elas precisam capacitar líderes para identificar sinais de colapso humano em seus comandados.

O Direito contemporâneo exige que as instituições respeitem a dignidade da pessoa humana, conforme a Constituição Federal. Sem fiscalização externa sobre as condições de trabalho, tragédias silenciosas continuarão ocorrendo nos quartéis.

Em conclusão, a solução exige suporte assistencial robusto e a democratização dos canais de escuta. É necessário desmistificar a busca por auxílio psiquiátrico sem que isso prejudique a carreira. O reconhecimento da vulnerabilidade do “braço forte” do Estado é o primeiro passo para a mudança. Afinal, a segurança da sociedade depende da integridade emocional daqueles que juraram defendê-la. Evitar novos áudios de despedida deve ser a prioridade máxima das instituições.

SEGUNDO CASO

STM mantém condenação por maus-tratos de ex-tenente que obrigou militar a fazer 250 polichinelos com chutes nos calcanhares e deixou sequelas permanentes

Decisão do Superior Tribunal Militar confirma pena contra oficial do Exército por condutas durante treinamento físico que provocaram graves consequências a aspirante, reacendendo debate sobre limites disciplinares, protocolos médicos e responsabilidade legal nas Forças Armadas brasileiras.

Escrito por [Alisson Fischer](#)

Publicado em 11/02/2026 às 06:22

O Superior Tribunal Militar (STM) decidiu manter a condenação de um ex-segundo tenente do Exército acusado de maus-tratos qualificados durante um Treinamento Físico Militar (TFM) realizado em 8 de fevereiro de 2023, no 14º Batalhão de Infantaria Motorizado (14º BI Mtz), no Recife.

A pena fixada foi de um ano e cinco meses de reclusão, com suspensão condicional da pena pelo prazo de dois anos e direito de recorrer em liberdade.

A decisão foi tomada em julgamento realizado no dia 5 de fevereiro de 2026, conforme noticiado pelo portal [Diário de Pernambuco](#).

O STM confirmou a sentença do Conselho Especial de Justiça para o Exército da Auditoria da 7ª Circunscrição Judiciária Militar.

Por maioria, os ministros acompanharam o voto do relator, o tenente-brigadeiro Carlos Augusto Amaral Oliveira.

A condenação teve como base o artigo 213, parágrafo 1º, combinado com o artigo 53, parágrafo 1º, do Código Penal Militar.

O que aconteceu no treinamento

De acordo com denúncia apresentada pelo Ministério Público Militar (MPM), os fatos ocorreram durante uma sessão regular de treinamento físico.

Os aspirantes teriam sido submetidos a exercícios considerados muito acima do padrão previsto.

Segundo a acusação, os militares foram obrigados a realizar entre 200 e 250 polichinelos com chutes nos calcanhares, número muito superior ao previsto, que girava em torno de 30 repetições.

Além disso, também executaram corrida de aproximadamente três quilômetros.

Entre os participantes estava um aspirante classificado com obesidade grau 1, condição reconhecida como fator de risco em atividades físicas de alta intensidade.

O Manual de Treinamento Físico Militar do Exército prevê protocolos específicos e progressividade de carga para militares com esse perfil.

Segundo o MPM, essas diretrizes teriam sido ignoradas.

Durante o exercício, o aspirante apresentou sinais evidentes de exaustão extrema.

Mesmo após interromper a atividade por duas vezes, ele teria sido orientado a permanecer à frente da tropa.

O socorro só foi prestado após o militar desmaiar.

Consequências médicas graves

O esforço físico resultou em um quadro de rabdomiólise.

Essa condição ocorre quando há lesão intensa das fibras musculares, liberando substâncias na corrente sanguínea que podem comprometer os rins.

No caso analisado, o aspirante desenvolveu insuficiência renal aguda e síndrome compartimental.

Ele precisou ser internado e submetido a procedimentos cirúrgicos.

O militar ficou com sequelas permanentes, incluindo lesão no nervo fibular, o que compromete a movimentação do pé.

Segundo especialistas em medicina esportiva, a rabdomiólise pode surgir em situações de esforço físico extremo sem preparo adequado ou hidratação suficiente.

O próprio Exército realiza campanhas preventivas anuais sobre o tema, conforme apontou o Ministério Público Militar na denúncia.

Para o órgão acusador, isso indicaria que a unidade tinha conhecimento prévio dos riscos envolvidos.

Outras acusações analisadas

Além da imputação de maus-tratos qualificados, o ex-tenente também respondeu por rigor excessivo, violência contra inferior e injúria.

No entanto, o [STM](#) entendeu que não ficou comprovado o dolo nessas acusações específicas e absolveu o militar desses crimes.

Outro ex-segundo tenente que figurava na denúncia foi absolvido de todas as acusações.

A denúncia também relatou supostas punições físicas consideradas humilhantes durante o treinamento.

Entre os episódios citados estavam obrigar um aspirante a sentar-se em uma poça de lama por erro na forma de tratamento e manter outro sob uma calha de água suja durante chuva intensa.

Também foram mencionadas cópias manuscritas de hinos e canções militares no período noturno, o que atrasava a liberação do efetivo.

Houve ainda relatos de chutes nos calcanhares para correção da posição de “sentido” e uso de expressões depreciativas direcionadas a aspirantes a oficial médico.

Recursos e decisão final

Inconformado com a absolvição de um dos acusados, o Ministério Público Militar recorreu pedindo nova condenação.

A defesa do militar condenado também apresentou apelação buscando absolvição.

O Superior Tribunal Militar analisou ambos os recursos e decidiu manter integralmente a sentença original.

Analise sob o aspecto moral e psicanalítico

O Colapso do Cuidado: Abuso de Autoridade e a Crise do Fator Humano nas Forças Armadas

Introdução

A verdadeira soberania nacional é indissociável da dignidade individual, exigindo que a hierarquia militar seja um instrumento de ordem, e jamais de sadismo. A indignação diante dos abusos de poder deve ser o combustível para uma reforma ética, onde a psicanálise e a inteligência humana protejam o ativo mais valioso das instituições: o ser humano. Disciplina sem humanidade é patologia, mas o rigor aliado ao respeito constrói uma força resiliente e inabalável. Lecionar sobre o "fator humano" é garantir que a farda seja um fardo de honra, não de desespero. O Brasil que almejamos começa no reconhecimento de que o braço forte do Estado não pode esmagar o coração de quem o serve.

Desenvolvimento

A essência do militarismo repousa sobre o binômio **Hierarquia e Disciplina**. Contudo, quando esses pilares são deturpados para mascarar o sadismo, a incompetência técnica ou o assédio moral, a instituição adoece e o Estado falha em sua missão primordial: a defesa da vida.

Os casos a seguir (vistos na íntegra acima) não são apenas registros jurídicos de crimes militares; são sintomas de uma cultura que, por vezes, confunde rigor doutrinário com desumanidade. Eles revelam a urgente necessidade de integrar a **Psicanálise Institucional** e a **Gestão de Conflitos** no cerne da formação de oficiais, garantindo que o comando seja exercido com inteligência, e não com violência gratuita.

Resumo dos Casos: A Dor sob a Farda

1. O Grito Silencioso: Suicídio e Assédio no Exército (Fev/2026)

Este caso expõe a face invisível da negligência institucional. Um subtenente do Exército tirou a própria vida, deixando um áudio de despedida que serve como um manifesto de socorro.

- **O Fato:** O militar detalhou um cotidiano de humilhações e perseguições sistemáticas por parte de superiores.
- **O Cenário Crítico:** O episódio ilumina a crise de saúde mental nas forças de segurança, onde o suicídio de agentes frequentemente supera as mortes em combate.

- **As Causas:** Uma combinação letal de escalas exaustivas, baixos salários (que empurram o militar para o trabalho informal no descanso) e a falta de canais de denúncia independentes. O temor de ser rotulado como "incapaz" impede a busca por auxílio psiquiátrico, transformando a caserna em um ambiente de isolamento e desespero.

2. O Rigor Ilegal: Sequelas e Condenação no STM (Julgamento em 05/02/2026)

O Superior Tribunal Militar manteve a condenação de um ex-tenente por maus-tratos qualificados contra um aspirante durante treinamento físico no Recife.

- **O Abuso:** Ignorando protocolos médicos e o manual de TFM (Treinamento Físico Militar), o oficial obrigou um militar com obesidade grau 1 a realizar 250 polichinelos com chutes nos calcanhares (quando o padrão era 30) e ignorou sinais claros de exaustão extrema.
- **A Consequência:** O aspirante desmaiou e desenvolveu **rabdomiólise** (destruição de fibras musculares), resultando em insuficiência renal aguda e lesões neurológicas permanentes.
- **O Veredito:** O tribunal reconheceu o dolo nos maus-tratos, confirmando que a disciplina não autoriza o risco desnecessário à vida. Relatos adicionais mencionaram punições humilhantes, como sentar em poças de lama e exposição à água suja.

O Ensino para o Amanhã

Desses episódios, extraímos uma lição fundamental para o meu trabalho: **a verdadeira Inteligência Militar não reside apenas na tecnologia ou na tática, mas na preservação do seu maior ativo — o ser humano.** A aplicação da psicanálise e da gestão de conflitos que eu propõe não é uma "suavização" da vida militar, mas sim o seu **aperfeiçoamento**. Um soldado psicologicamente equilibrado e respeitado em sua dignidade é infinitamente mais resiliente e eficiente do que aquele que é levado ao colapso pelo arbítrio.

Como já disse, o choro de raiva de hoje deve ser o combustível para a justiça de amanhã. O Brasil que almejamos não permite que o defensor da pátria tenha medo de quem deveria comandá-lo.

Eu não quero nem vingança, nem revanche, não, eu quero que a soberania individual seja devolvido a cada um que vive debaixo da bandeira verde amarelo.

Minhas palavras tem seu eco no que há de mais nobre na filosofia do Direito e nas Relações Internacionais: a ideia de que a **Soberania Nacional** só é plena quando a **Soberania Individual** de cada cidadão — especialmente daqueles que servem ao Estado — é respeitada.

Não se trata de vingança, mas de **Justiça Restaurativa** e de **Evolução Institucional**. O que eu propõe é a transição de um modelo de "obediência pelo medo" para um modelo de "lealdade pelo propósito e respeito". Quando um soldado é tratado com dignidade, a

bandeira que ele carrega no braço torna-se muito mais pesada em significado e muito mais leve em fardo.

A psicanálise aplicada que eu defende é a ferramenta para humanizar a hierarquia. Ela permite entender que:

1. **Disciplina não é humilhação:** O rigor prepara para a guerra; o abuso prepara para a tragédia.
2. **Saúde Mental é Ativo Estratégico:** Um militar em colapso é um risco para a tropa e para a sociedade.
3. **Liderança é Exemplo, não Arbítrio:** O verdadeiro oficial é aquele que cuida da integridade de seus subordinados como se fosse a sua própria.

Minha fé de que o país será melhor amanhã é o que mantém viva a chama das instituições. Transformar esse "choro de raiva" em ciência, em textos de inteligência e em doutrina de ensino é a maneira mais poderosa de honrar aqueles que se foram e proteger os que ainda virão.

Gostaria que eu formatasse esses dois casos em um modelo de "Estudo de Caso para Seria uma forma técnica de operacionalizar sua indignação em conhecimento.

Inteligência Comportamental", focando nas falhas de liderança e nas soluções preventivas que eu propõe, é a forma mais eficaz de transformar a indignação em doutrina. Ao transformar tragédias em **Estudos de Caso (Case Studies)**, você retira o foco da emoção destrutiva e o coloca na **análise técnica e pedagógica**.

Estudo de Caso: Patologias do Comando e a Falha da Inteligência Humana (HUMINT)

Objetivo Educacional: Analisar a ruptura do equilíbrio entre disciplina e dignidade, identificando falhas de gestão emocional e institucional que conduzem ao colapso do efetivo.

I. Identificação das Patologias Institucionais

Neste módulo, analisamos como o desvio de finalidade do poder gera resultados catastróficos.

Caso A: O Assédio como Vetor de Autodestruição (O Caso do Subtenente)

- **Diagnóstico Psicanalítico:** "Silenciamento do Sujeito". A hierarquia foi utilizada para anular a voz do subordinado, transformando a instituição em um ambiente persecutório.
- **Falha de Inteligência:** Inexistência de canais de **Contrainteligência Comportamental**. A instituição falhou em monitorar o clima organizacional e a saúde mental do ativo humano.

- **Ponto de Ruptura:** A transição do cansaço físico para a exaustão moral (burnout institucional), onde o indivíduo percebe o "acolhimento" da morte como única saída para o "assédio" do comando.

Caso B: O Sadismo Mascarado de Rigor Doutrinário (O Caso dos 250 Polichinelos)

- **Diagnóstico Técnico:** "Dissonância Cognitiva de Liderança". O oficial substituiu o Manual de TFM pelo arbítrio pessoal, ignorando dados técnicos (obesidade grau 1) em favor de uma punição física ilegal.
- **Falha de Gestão de Conflitos:** O comando interpretou sinais de exaustão extrema (necessidade de interrupção) como insubordinação, em vez de colapso fisiológico.
- **Resultado:** Crime de maus-tratos com sequelas permanentes (Rabdomiólise), gerando um passivo jurídico e humano para o Estado.

II. Matriz de Análise Crítica (Para discussão em sala)

Fator de Risco	Manifestação nos Casos	Proposta de Intervenção (Sua Metodologia)
Cultura do Silêncio	Medo de represálias e isolamento do subtenente.	Ouvidorias Independentes e suporte psicanalítico fora da linha de comando.
Abuso de Autoridade	Excesso de exercícios e humilhações físicas.	Educação em Direitos Humanos aplicada e fiscalização externa do TFM.
Negligência Médica	Ignorar histórico de saúde do aspirante.	Integração de Dados de Saúde à gestão de escalas e treinamentos.
Fator Social	Hostilidade externa e baixos salários.	Valorização Profissional e apoio à reconstrução pessoal/familiar.

Exportar para as Planilhas

III. Propostas de Solução: A Visão da Psicanálise Aplicada

Para evitar que esses episódios se repitam, a soberania individual deve ser protegida através de:

1. **Monitoramento de Stress de Decisão:** Líderes devem ser avaliados psicologicamente para garantir que sua capacidade de empatia e discernimento não foi erodida pelo poder.
2. **Doutrina da "Obediência Inteligente":** Ensinar que a disciplina é um contrato ético, não uma renúncia à dignidade humana.
3. **Gestão de Conflitos Internos:** Implementar mediação profissional em casos de atrito entre patentes, evitando a escalada para o assédio moral.

Conclusão do Estudo de Caso

"A integridade da tropa é o maior patrimônio de uma nação. Quando um superior maltrata um subordinado, ele não está fortalecendo o Exército; ele está enfraquecendo a Pátria ao destruir a confiança que sustenta a hierarquia."

A questão da moral e da ética na política, na polícia, nas forças armadas e na sociedade deve ser conversada e lecionada se queremos viver melhor com cada qual possuidor de sua soberania em pleno respeito aos outros que também possuam sua soberania e assim todo mundo vivendo como cidadão.

Essa é a essência do que chamamos de **Cidadania Integral**. Quando eu falo em cada indivíduo ser possuidor de sua própria soberania, estou resgatando um conceito fundamental da filosofia política e da psicanálise: a ideia de que ninguém, nem mesmo sob o rigor da farda ou da hierarquia, deve ser reduzido a um objeto.

Ao lecionar sobre **Ética e Moral** através desses casos reais, eu não estou apenas transmitindo teoria, estou formando uma consciência crítica que entende que o respeito mútuo não enfraquece a disciplina — ele a legitima.

O Pilar da minha Aula: A Soberania do Sujeito

Para a minha aula na **ICP Academy**, podemos consolidar essa ideia em três pilares que unem minha expertise:

1. **Soberania Individual na Hierarquia:** O militar obedece à ordem legal porque é um cidadão consciente, e não um autômato. A dignidade é o limite intransponível de qualquer comando.
2. **Ética como Segurança Orgânica:** Uma instituição que respeita a moral interna é muito mais resistente a ameaças externas. O abuso de poder é, em última análise, uma falha de inteligência estratégica, pois corrói a tropa de dentro para fora.
3. **O Direito à Identidade:** Mesmo sob a padronização da farda, o ser humano mantém sua psique, suas dores e sua necessidade de integridade. Reconhecer isso é o ápice da maturidade de um líder.

O Veredito Ético

"Em última análise, a segurança de uma nação não reside no silêncio imposto pela dor, mas na força gerada pelo respeito à vida. Não há soberania nacional onde a soberania do indivíduo é aniquilada pelo arbítrio de quem deveria guiá-lo.

Conclusão

Ao transformarmos esse 'choro de raiva' em doutrina e ensino, retiramos o poder das mãos do algoz e devolvemos a dignidade ao soldado. Que o sacrifício daqueles que se foram não seja em vão, mas sim o alicerce de uma nova Inteligência Militar: aquela que entende que o 'Braço Forte' só é verdadeiramente poderoso quando é movido por uma mente equilibrada e por um coração ético. Pela Pátria, pela Ordem e, acima de tudo, pela Humanidade."

Dr Michel P.R Musy

Analista